



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

OF/CTL/CC nº 224/2012

Curitiba, 09 de janeiro de 2012



PROPOSIÇÃO VETO Nº 004/12.

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, 23/01/2012

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 297/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 718/2011, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelos motivos a seguir expostos.

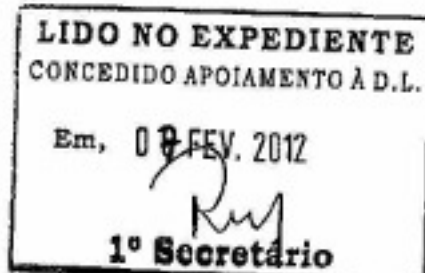
O Projeto de Lei nº 718/2011, de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli, tem por escopo alterar a redação do art. 3º, da Lei nº 15.789, de 03 de março de 2008, que reduz a base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com o produto querosene combustível para aviação, nos municípios de Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Pato Branco, Guarapuava, São José dos Pinhais, Francisco Beltrão, Toledo, Umuarama, Andirá e Apucarana.

Primeiramente, cumpre salientar que a alteração pretendida trará sérios prejuízos à arrecadação do Estado, com a ampliação do leque de municípios onde a redução da base de cálculo do imposto se espalhará. A inclusão de São José dos Pinhais, onde se encontra localizado o Aeroporto Internacional Afonso Pena, representa, de forma subestimada, cerca de 90% dos abastecimentos com QAV (querosene de aviação) no Estado.

Ainda, de acordo com a Informação IGF/GAB nº 001/2012, exarada pela Secretaria de Estado da Fazenda, se o Projeto de Lei em comento vier a tornar-se norma definitiva, a arrecadação mensal de ICMS do QAV, que atualmente é de R\$ 4.114.800,00, passará a ser de R\$ 421.200,00. Logo, vislumbra-se uma **PERDA MENSAL** estimada em R\$ 3.693.600,00 em relação à arrecadação atual.

Diante disso, significa que o Estado terá de abrir mão de **R\$ 44.323.200,00 de sua arrecadação anual.**

Excelentíssimo Senhor
Deputado **VALDIR ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot.nº 11.353.755-8





Ademais, com a ampliação do rol de municípios onde se concede a redução da base de cálculo, acrescentando-se Pato Branco, Guarapuava, São José dos Pinhais, Francisco Beltrão, Toledo, Umuarama, Andirá e Apucarana, pela representatividade de São José dos Pinhais, praticamente equivaleria a conceder isenção do ICMS nos abastecimentos do QAV no Estado. Isso colocaria o Paraná em evidência na questão da Guerra Fiscal e certamente outras unidades da federação poderiam intentar ações judiciais contra a legislação paranaense que viria a ser implementada, criando-se ambiente desfavorável de Incerteza jurídica.

Outrossim, nos municípios acrescentados, não há vôos regulares de aviação comercial, exceto no Aeroporto Internacional Afonso Pena de São José dos Pinhais, onde se concentra o maior volume de operações, com as grandes companhias nacionais e algumas internacionais. Assim, o benefício concedido seria ilógico, irracional e contra os interesses do Paraná, pois não condiciona nenhum tipo de retorno ou de compensação em termos econômicos que pudessem justificar a queda de arrecadação como antes se demonstrou.

Como dito, cerca de 90% dos abastecimentos de QAV no Estado são feitos no Município de São José dos Pinhais. Ainda, a ampliação ora pretendida parece contrariar frontalmente o espírito do Projeto de Lei, que almeja incrementar a aviação regional e incentivar o consumidor paranaense. Ressalte-se que a inclusão de Foz do Iguaçu no rol dos municípios beneficiados pela lei 15.789, de 3/3/2008, que concedeu a redução na base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com o produto querosene ou combustível para aviação, e mesmo após a redução de alíquotas para 12%, com a edição da lei 16.370/99, os preços das passagens aéreas não tiveram redução, especialmente no trecho Curitiba - Foz do Iguaçu, ainda hoje proibitivos à maioria dos consumidores.

Assim, entendemos que por ser contrário ao interesse público, o presente Projeto de Lei deve ser vetado, uma vez que beneficiar companhias aéreas nacionais ou internacionais com recursos do tesouro do Estado sem qualquer contrapartida é um enorme contrassenso.

Por fim, insta salientar que o Projeto de Lei em comento possui flagrante ilegalidade, pois este não observa as determinações impostas na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), a qual dispõe sobre as normas de finanças públicas, voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

De acordo com aquele diploma legal, a renúncia de receita deve estar acompanhada, tanto da demonstração de que já foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, como de medidas de compensação, o que foi observado no Anteprojeto apresentado.

Desta forma, pode ser verificado que além de obedecer aos requisitos constantes do caput do artigo 14 – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos



dois seguintes, a renúncia de receita só poderá ocorrer em uma das seguintes situações:

a) Se o montante da receita objeto de concessão do benefício fiscal não estiver computado no total das Receitas previstas para o exercício a que se refere (e para os demais onde produzirá efeitos).

b) Mediante a implementação prévia de medidas de compensação (que redundem em acréscimo de receita ao Ente Político: majoração de alíquota, de base de cálculo, ampliação da sujeição passiva, revogação de benefícios fiscais, etc.) AS medidas de compensação serão exigíveis quando o valor decorrente da renúncia (ante a concessão de benefício fiscal) estiver contido no cálculo geral das receitas previstas para o exercício em que for implantado o benefício".¹

Portanto, o objetivo da Lei de Responsabilidade Fiscal é que, no quando da elaboração da Lei de diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, sejam indicados precisamente quais os fatores considerados na estimativa de receita, as renúncias de receita previstas, e as eventuais medidas de compensação, caso sejam necessárias.

Exige-se, por conseguinte, quando da elaboração das leis orçamentárias, a demonstração clara que, não obstante as renúncias de receitas previstas, será possível atingir o montante de receita estimada na LDO e na LOA, ou alternativamente, que se atingirá tal montante de receita estimada em virtude da adoção de determinadas medidas de compensação.

No caso, não se vislumbra na proposta de lei em foco o atendimento dos requisitos elencados na Lei de responsabilidade fiscal. Não foi indicada qualquer medida compensatória concreta para a renúncia da receita decorrente da isenção pretendida.

Tão patente é a ilegalidade do Projeto de Lei nº726/2011 que o §2º do art. 14 da Lei Orçamentária nº 101/200 dispõe que *"se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício que se trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso."*

Ou seja, mesmo que o referido Projeto de Lei fosse sancionado, tomar-se-ia uma Lei inócua, uma vez que a ampliação do benefício de redução de base de cálculo a operações relativas à querosene combustível para aviação em outros municípios paranaenses somente poderia ser implementada, com a própria entrada em vigor da lei, após a adoção pela administração pública de medidas compensatórias da perda de receita.

Isto posto, são esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL



Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência
meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICH
GOVERNADOR DO ESTADO



Projeto de Lei nº 718/11

(Autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli)

Altera a redação do art. 3º, da Lei nº 15.789, de 03/03/2008, que reduz a base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com o produto querosene e gasolina combustível para aviação, com o escopo de ampliar os municípios beneficiados.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

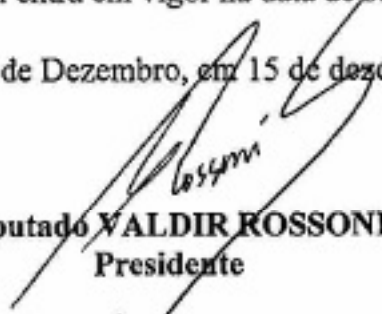
DECRETA:

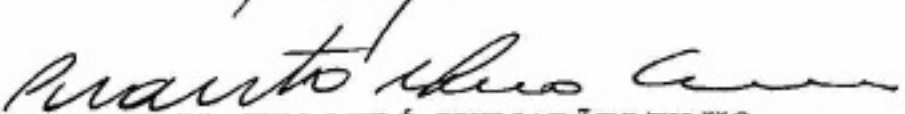
Art. 1º O art. 3º, da Lei nº 15.789, de 03 de março de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º A presente Lei se aplicará às operações com os mencionados produtos nos Municípios de Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Pato Branco, Guarapuava, São José dos Pinhais, Francisco Beltrão, Toledo, Umuarama, Andirá e Apucarana."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 15 de dezembro de 2011.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado REINHOLD STEPHANES JUNIOR
3º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 004/12

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 004/12

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 224/12

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 718/2011, de autoria do Deputado Bernardo Carli, que altera a redação do art. 3º da Lei nº 15.789 de 03 de março de 2008, que reduz a base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com o produto querosene combustível para aviação com o escopo de ampliar os Municípios beneficiados.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

\ O projeto de lei nº 718/11, de autoria do Deputado Bernardo Carli que, altera a redação do art. 3º da Lei nº. 15.789 de 03 de março de 2008, que reduz a base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com o produto querosene combustível para aviação com o escopo de ampliar os Municípios beneficiados, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo contrário ao interesse público.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 718/11 foi enviado à sanção e recebido na data de **20 de dezembro de 2011**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 004/12, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de **09 de janeiro de 2012**, sendo desta maneira tempestiva.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

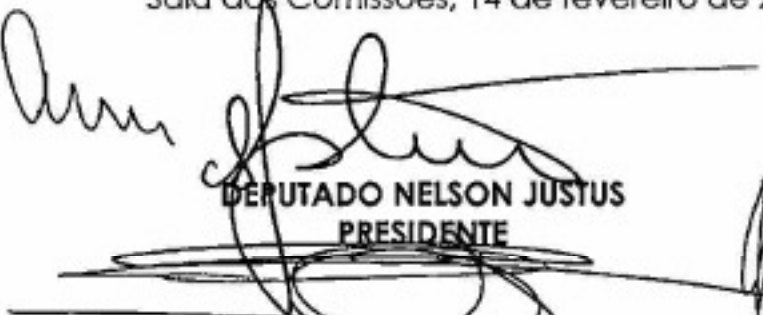
Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

req.01



REQUERIMENTO

*Requer a retirada por 10 sessões da
Proposição 004/12, veto aposto ao
Projeto de Lei nº 718/11, item 07 da
presente Ordem do Dia.*

Senhor Presidente:

OS Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais requerem, após ouvido o douto plenário, a **retirada por 10 sessões** da Proposição 004/12, veto ao Projeto de Lei 718/11, item 07 da presente ordem do dia.

Sala das Sessões em, 06 de março de 2012.

Deputado Estadual

WELTER

TRAIANO

*Anota-se a
junta na
posição de
referência*

Mauro Ribeiro Borges
Diretor Legislativo



PROJETO DE LEI Nº. 815/11



SÚMULA: Dispõe sobre a criação do selo "Escola Amiga da Natureza".

Artigo 1º - Fica concedido o selo "Escola Amiga da Natureza" a toda Escola Pública Estadual que, em conjunto com a Comunidade Escolar, concretize ações ambientalmente sustentáveis, dentro ou fora de suas instalações, durante o ano letivo.

Parágrafo Único - São ações ambientalmente sustentáveis, entre outras, as praticadas com base na cultura dos 5 Rs: Reciclar, Reaproveitar, Reduzir, Responsabilizar, Respeitar:

Artigo 2º - As ações desenvolvidas pelas escolas e/ou comunidades escolares deverão ter caráter interdisciplinar, e se utilizar de temas de interesse direto do cotidiano.

§ 1º - Dentre outros, consideram-se exemplos de ações desencadeadas pela cultura dos 5 Rs:

I - Reciclar: reutilizar todo e qualquer material através da seleção e coleta (papel, papelão, plástico, vidro, alumínio, dentre outros) incentivando e apoiando os catadores de materiais ou associações de catadores;

II - Reaproveitar: Utilizar novamente recursos como água, energia, restos de alimentos;

III - Reduzir: incentivar a redução ou consumo consciente dos recursos;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



IV - Responsabilizar: prestar informações à comunidade sobre leis, regulamentos e normas que tratem da questão ambiental, responsabilidades, fiscalização, crimes, penas, multas, visando à conscientização popular sobre sua importância;

V - Respeitar: incentivar o respeito e a proteção de todo e qualquer bem ou recurso natural.

§ 2º - As ações promovidas pelas escolas e/ ou comunidades escolares poderão ser realizadas através da cooperação técnica ou convênios, com entidades civis sem fins lucrativos, prefeituras, cooperativas, ou afins, visando troca e/ou apoio técnico para consecução dos objetivos.

Artigo 3º - Para recebimento do selo "Escola Amiga da Natureza" toda Escola Pública Estadual e/ou Comunidade Escolar deverá realizar no mínimo 05 (cinco) projetos com ações análogas ou similares às propostas no artigo anterior.

Artigo 4º - Toda Escola Pública Estadual agraciada receberá o selo das mãos do Governador do Estado (ou seu representante), na presença do Secretário de Estado do Meio Ambiente (ou seu representante), em solenidade a ser realizada anualmente em parceria com a Secretaria de Estado de Educação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 2011.


Luciana Rafagnin
Deputada Estadual - PT



JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa instituir o Selo "Escola Amiga da Natureza", a ser concedido as Escolas Públicas Estaduais do Paraná que desenvolvam ações ambientais durante o ano letivo.

Os diversos problemas ambientais gerados pelo modo de produção e consumo da sociedade fazem com que haja a necessidade de uma mudança comportamental da população. Nesse sentido, vem se intensificando os projetos de educação ambiental e políticas para a preservação do meio ambiente.

A proliferação da cultura dos 5 Rs sugere mudanças comportamentais de modo a assegurar a qualidade de vida da população, promovendo a preservação e conscientização ambiental, além de demonstrar que o homem também é parte integrante do meio ambiente.

Com a implementação do projeto em questão teremos Escolas Estaduais desenvolvendo atividades ambientais em todo nosso território, e ao mesmo tempo despertando a conscientização ecológica dos alunos e da própria sociedade, ao passo que a preocupação com o meio ambiente é bastante recente e as práticas do hoje contribuirão na sustentabilidade do meio ambiente do amanhã.

Outros Estados já tem leis semelhantes e dão sua contribuição para as próximas gerações. Nós, nesse momento, queremos fazer o mesmo, por isso, contamos com o valioso e indispensável apoio dos nobres deputados para aprovar o projeto ora proposto.

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Prça Nossa Senhora da Saleta, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianaepi.org



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 815/11

Projeto de Lei nº 815/11

Autor: Deputada Luciana Rafagnin

Súmula: Dispões sobre a Criação do Selo "Escola Amiga da Natureza".

EMENTA: CRIAÇÃO DE SELO ESCOLA AMIGA DA NATUREZA. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 e 180 da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

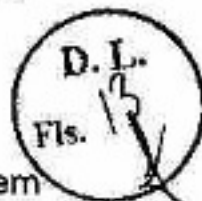
O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, tem como finalidade instituir o Selo Escola Amiga da Natureza, tendo como objetivo despertar a conscientização ecológica dos alunos e da sociedade.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º. I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, sendo vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 608.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO**
do presente Projeto de Lei.

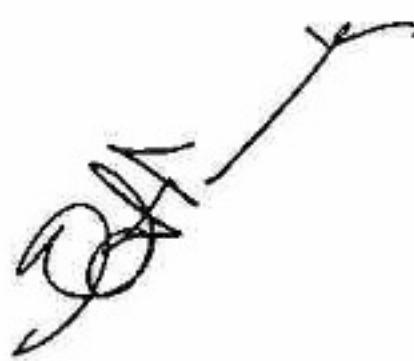
Sala das Comissões, 07 de dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI

RELATOR





18

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

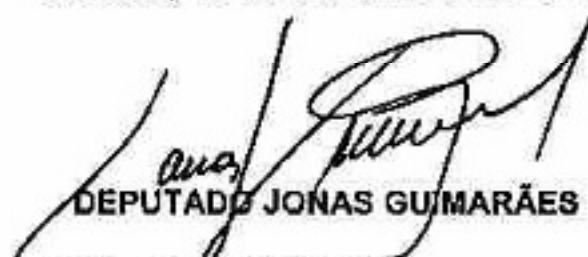
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 815/2011

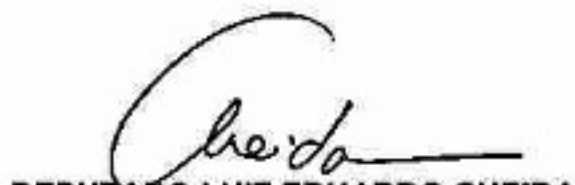
O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, tem por objeto a criação do Selo "Escola Amiga da Natureza".

Tendo em vista que o presente projeto de lei possui um relevante interesse coletivo, como é o incentivo à educação ambiental e ecológica de estudantes, opino favoravelmente à aprovação do presente Projeto de Lei.

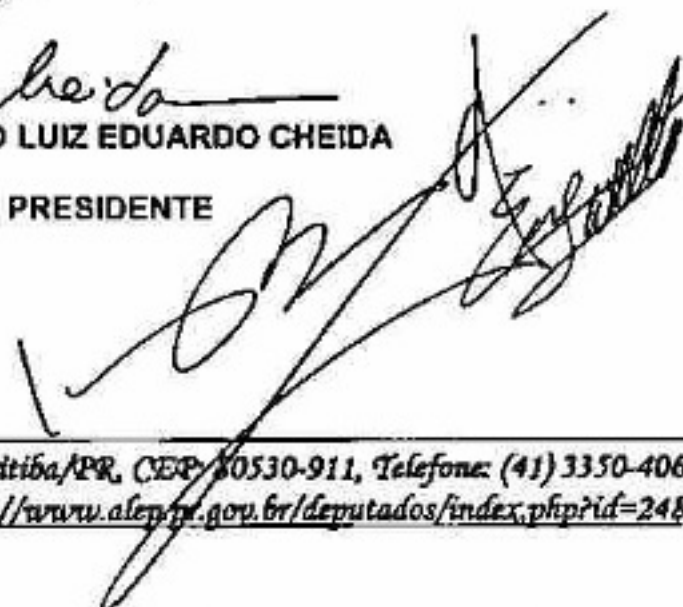
Portanto, em face do exposto e conforme o parecer da CCJ, oferecemos PARECER FAVORÁVEL, recomendando a sua aprovação.

Curitiba, 13 de dezembro de 2011.


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
RELATOR


DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEIDA
PRESIDENTE







Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão de Educação



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 815/11

**Súmula: Dispõe sobre a criação do selo
"Escola Amiga da Natureza".**

O presente projeto de lei, de autoria da ilustre Deputada Luciana Rafagnin, visa instituir o Selo Escola Amiga da Natureza, tendo como objetivo despertar a conscientização ecológica dos alunos e da sociedade.

Ressalta-se que a Constituição Federal artigo 205, preconiza que a educação é responsabilidade também do Estado, senão vejamos:

"Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania ..."

Na qualidade de relator, designado para analisar a matéria, cumpre-nos ressaltar a importância do tema abordado neste projeto de lei.

Certamente tal proposta irá reforçar o conceito de sustentabilidade com as atividades realizadas dentro das instituições de ensino, adotando ações economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas.

É necessário construir novos referenciais e paradigmas que, na prática, traduzir-se-ão em uma sociedade mais consciente no que tange a preservação do meio ambiente.

Dessa forma, entende-se como meritória a presente proposta, razão pela qual opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões em, 03 de abril de 2012.


PR. EDSON PRACZYK

Relator



EVANDRO JUNIOR
Presidente







Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 076/12.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná,

DECRETA:

Súmula: Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS FRUTICULTORES DE TERRA ROXA.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a **ASSOCIAÇÃO DOS FRUTICULTORES DE TERRA ROXA**, estabelecida na Avenida Costa e Silva, nº 95, no município de Terra Roxa-PR.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2012.


FERNANDO SCANAVACCA
Deputado Estadual - PDT



JUSTIFICATIVA

A ASSOCIAÇÃO DOS FRUTICULTORES DE TERRA ROXA é uma entidade sem fins lucrativos, tendo como principais objetivos representar, defender, amparar, orientar, colgar e instruir os produtores que representa; defender perante os órgãos competentes, tratamento específico para o fruticultores associados; promover a venda da produção dos itens comuns dos associados no mercado interno e externo, dentro do padrão de qualidade estipulado pelo departamento técnico.

Sala das Sessões, 06 de março de 2012.


FERNANDO SCANAVACA
Deputado Estadual - PDT



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 076/2012

Projeto de Lei nº. 076/2012

Autor: Deputado Estadual Fernando Scanavaca.

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação dos Fruticultores de Terra Roxa.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Fernando Scanavaca, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a *Associação dos Fruticultores de Terra Roxa*, com sede e foro no Município de Terra Roxa/PR.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

gi) declaração de utilidade pública de entidades civis, (grão nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade o meio ambiente, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo de assistência social, de educação, de pesquisa, de cultura, de esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Contudo, o nobre parlamentar não consignou na Sumula e primeiro artigo qual é a sede e foro da presente entidade, tornando-se necessária a Emenda Modificativa para suprir a falta de sede e foro do presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o artigo 2º do projeto de lei ora analisado viola a LEI COMPLEMENTAR 98/95, tendo em vista que tal artigo determina que a Lei "entrará em vigor na data de publicação", senão vejamos:

Art. 8º A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assim, sugere-se na **Emenda Modificativa** em anexo, com fulcro no artigo 137, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, visando sanar estes vícios supracitados.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA**.

Sala das Comissões, em de de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS + *Carlo Asutoma*
PRESIDENTE *ausente* *suplente*

DEPUTADO GUILIO GENARI
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 78/12



Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

***Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação dos Fruticultores de Terra Roxa, com sede e foro no Município de Terra Roxa/PR*.**

***Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Fruticultores de Terra Roxa, com sede e foro no Município de Terra Roxa/PR, estabelecido na Avenida Costa e Silva, nº 95*.**

***Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação*.**

Sala das Comissões, em de de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO DUILIO SENARI
RELATOR